



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Autorização de Execução de Serviço

AS 004796/2025 - Emissão: 13/11/2025

1ª Via - Comprador

Endereço: Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - CEP 12327-170
CNPJ: 46.694.139/0001-83
TELEFONE: 39559000

Fornecedor:	OH MY MILHAS SERVICOS DE VIAGENS LTDA (3838803)		50.620.964/0001-00
Endereço:	RUA Jesus Garcia, 51 - Condomínio Royal Park, CEP: 12246875, SAO JOSE DOS CAMPOS - SP		
e-Mail:	zadosviagens@gmail.com	Contatos:	(12) 997197057 (12) 996828685
Conta Bancária:	077 - Banco Inter S/A		Agência: 0001-0 C/C: 30810312-2

Unidades atendidas

Unidade Adm.:	Secretaria de Assistência Social (0232)
Centro Consumo:	Secretaria de Assistência Social (001)
Solic.de Compra:	005315/2025

Processo de compra

Número:	001229/2025	Modalidade:	DL - Dispensa de Licitação nº: 001037/2025
Data:	13/11/2025	Artigo:	<i>* Lei 14.133/2021, Art. 75, II</i>
Comprador:	NILZANO VOLI		

FICHA 489 RECURSO ESTADUAL SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA - PASSAGENS ÁEREAS PARA BRASÍLIA E TRANSFER DE JACAREÍ AO AEROPORTO, DE 05/12/2025 A 10/12/2025 IDA E VOLTA
PARA PARTICIPAÇÃO DE DUAS DELEGADAS TITULARES : MARIA LUCIA ALMEIDA RAMOS E MICHELE APARECIDA LEONEL NA 14º CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 4 DFS
FICHA 464 RECURSO FEDERAL SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSFER DO AEROPORTO AO HOTEL IDA E VOLTA E HOSPEDAGEM EM BRASÍLIA EM APARTAMENTO DUPLO COM CAFÉ DA MANHÃ ,
CHEK IN EM 05/12/2025 E CHEK - OU EM 10/12/2025 PARA PARTICIPAÇÃO DE DUAS DELEGADAS TITULARES
MARIA LUCIA ALMEIDA RAMOS E MICHELE APARECIDA LEONEL NA
14º CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EMPENHOS SEPARADOS

Informação p/ execução

Prazo de Execução:	001 Dias	Condições de pagamento:	4 DFS
Local para execução do serviço:	SAS- Praça dos Três Poderes nº 8 - SI 101 - Centro – Jacareí - SP		

Empenho(s)

10660/2025 - Ordinário	Data: 13/11/2025	UO: 0209 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL UE: 020902 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 00489 020902 08.244.0005.2088 02 500.0004 3.3.90.39.99	Valor utilizado:	2.200,00
10661/2025 - Ordinário	Data: 13/11/2025	UO: 0209 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL UE: 020902 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 00464 020902 08.244.0005.2069 05 500.0003 3.3.90.39.99	Valor utilizado:	3.110,00
				5.310,00

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
			UNITÁRIO	TOTAL
0001	002.356 SERVIÇO - EMPRESA ESPECIALIZADA <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> FICHA 489 RECURSO ESTADUAL- IDA E VOLTA - PASSAGENS ÁEREAS PARA BRASÍLIA E TRANSFER DE JACAREÍ AO AEROPORTO, DE 05/12/2025 A 10/12/2025 PARA PARTICIPAÇÃO DE DUAS DELEGADAS TITULARES : MARIA LUCIA ALMEIDA RAMOS E MICHELE APARECIDA LEONEL NA 14º CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	---	---	2.200,00
0002	002.3532 SERVIÇO - HOSPEDAGEM <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> FICHA 464 RECURSO FEDERAL- IDA E VOLTA - TRANSFER DO AEROPORTO AO HOTEL SENDO HOSPEDAGEM EM BRASÍLIA EM APARTAMENTO DUPLO ,COM CAFÉ DA MANHÃ, CHEK IN EM 05/12/2025 E CHEK - OU EM 10/12/2025 PARA	---	---	3.110,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Autorização de Execução de Serviço

AS 004796/2025 - Emissão: 13/11/2025

1ª Via - Comprador

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
			UNITÁRIO	TOTAL
	PARTICIPAÇÃO DE DUAS DELEGADAS TITULARES MARIA LUCIA ALMEIDA RAMOS E MICHELE APARECIDA LEONEL NA 14ª CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
TOTAL:				5.310,00

(cinco mil trezentos e dez reais)

- 1- O pagamento será efetuado através de crédito em Conta Corrente.
- 2- Fazer constar no corpo da Nota Fiscal os números desta AF e do Empenho, além da Condição de Pagamento.
- 3- As notas fiscais decorrentes desta autorização deverão ser emitidas em nome de MUNICÍPIO DE JACAREÍ, formato este correspondente a inscrição principal do Município no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Seção 4 – Das Sanções**
- 4.1 - A aplicação de sanções aos contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2 - A multa, aplicável ao contratado por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.
- Parágrafo único – Na hipótese de inexecução parcial do contrato, a multa será calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 4.3 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:
- I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;
- III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.
- Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.
- 4.4 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 4.6 - A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de prestada.
- 4.7 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Municipalidade, contado do recebimento da comunicação da recusa.
- § 1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.
- § 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.
- 4.8 – Prevalecerá o cálculo da multa na forma do edital ou contrato quando previsto.
- 5- Horário de entrega: de Segunda a Sexta-Feira, das 8:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:30 h, no local indicado, com frete pago.

ALMOXARIFADO SAÚDE

Horário de entrega: de Segunda a Sexta feira, das 08 às 12h e das 13h30 às 17h;

6-A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2.011, CONFORME LEGISLAÇÃO ESTADUAL VIGENTE, OS MATERIAIS/SERVIÇOS SUJEITOS A INCIDÊNCIA DE ICMS DEVERÃO SER ENTREGUES ATRAVÉS DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. NÃO SERÃO ACEITAS NOTAS FISCAIS MODELO 1 E MODELO 1A.

7 - Condição para recebimento de medicamentos/materiais hospitalares/odontológicos pelo Almocharifado da Secretaria de Saúde: deverá conter impresso na embalagem os dados de identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de validade e de fabricação, e armazenagem. No corpo da Nota Fiscal deve conter, além da identificação do produto, o número do lote e data de validade. No caso de medicamentos, as embalagens individuais devem conter inscritas, de forma destacada e não removível a frase: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO".



AS 004796/2025 - Emissão: 13/11/2025

1ª Via - Comprador

8- O almoxarifado central receberá entregas de segunda à sexta feira das 8:00h às 16:30h

9 - DA ANTICORRUPÇÃO – Na execução do presente Contrato é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Contratada e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato; Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº8.420/2015 (conforme alterado) do U.S Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA RESULTARÁ NA RECUSA/RECEBIMENTO DO MATERIAL/SERVIÇO.